Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira

Profundamente emocionado ingresso, pela generosidade de meu pares, neste quase secular Instituto do Ceará.

Tal emoção decorre da responsabilidade, voluntariamente aceita, de trazer minha modesta colaboração a esta casa que se orgulha do elevado nível e da seriedade com que trata os estudos que toma a seu cargo.

Thomaz Pompeu Sobrinho, cuja erudição e conhecimentos profundos da nossa terra e da nossa gente nunca serão bastante exaltados, prefaciando as *Páginas de História* e *Pré-História,* de Carlos Studart Filho, diz que estamos na terceira geração de estudiosos da nossa História.

A primeira empenhou-se "nas investigações metódicas pioneiras", realizando obra notável de desbravamento. Cita Tristão de Alencar Araripe, Pedro Théberge e o Senador Thomaz Pompeu como autores dos melhores trabalhos.

Já sob a égide do Instituto do Ceará, a segunda geração "caracterizou-se pela extensão espacial de suas explorações" e foi rebuscar os arquivos de outros Estados e de nações européias. Nela figuram com destaque o nosso sempre lembrado Barão de Studart, pelo seu trabalho de pesquisa e difusão do valioso material que conseguiu recolher, e Antonio Bezerra pelo seu valor como analista. A eles vêm juntar-se João Baptista de Oliveira, Paulino Nogueira, Capistrano de Abreu, Thomaz Pompeu Júnior, Joakin Catunda e João Brígido.

A terceira geração é a atual. Beneficiando-se do precioso acervo de documentos e estudos que recebeu, no seu afã de produzir, bem buscando o aprimoramento das análises e interpretações ao mesmo tempo que mergulhando em novas pesquisas. Nela enquadra-se com destaque, ainda no julgamento de Pompeu Sobrinho, o Dr. Carlos Studart Filho.

De fato o nosso Presidente Perpétuo com tantas obras, além da citada, projeta-se com os *Estudos de História Seiscentista* (1958), *Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará* (1959), *Antigo Estado do Maranhão e suas Capitanias Feudais* (1960), *A Revolução de 1817 no Ceará e Outros Estudos* (1961) e *Os Aborígines do Ceará* (1965).

Estudiosos ilustres continuam perquerindo e rebuscando velhos documentos, permitindo que o nosso Instituto do Ceará se projete, não só no campo da História, mas também da Geografia e da Antropologia. Ressalte-se, como do mais alto valor, o plano de monografias para a "História do Ceará" já enriquecida pela *Proto-história-Cearense,* de Thomaz Pompeu Sobrinho; *História Econômica do Ceará,* de Raimundo Girão; *História Militar do Ceará,* de Eusébio de Souza; *História das Secas,* de Joaquim Alves; *História da Literatura Cearense,* de Dolor Barreira; e *História da Educação no Ceará,* de Plácido Castelo.

Releve-se, ainda, a contribuição valiosa prestada à Revista do Instituto do Ceará pelo seu quadro de associados cujos trabalhos muito têm concorrido para o enriquecimento de nosso patrimônio cultural.

Quantos, ao estudar e pesquisar, têm aberto sendas e desbravado caminhos, permitindo a apreciação de fatos e pessoas através de novos enfoques. Citá-los seria fastidioso e desnecessário, tão conhecidos são. Basta que a eles prestemos nossa homenagem, lendo e divulgando suas obras.

Permito-me, no entanto, salientar o nome de Clodoaldo Pinto, de vez que me coube a honra de ocupar sua cadeira nesta conspícua Assembléia. Substituí-lo não me seria possível, pois me faltam dotes para tanto. Sentir-me-ei recompensado se conseguir acompanhar sua brilhante caminhada onde, estou certo, encontrarei estímulo para prosseguir.

Parece que ainda o vejo, jovem e circunspecto, passar além da minha janela de menino curioso, na Rua 24 de Maio, e parar alguns passos adiante. Ali residia D. Maria Nilda Saraiva, a noiva prendada que escolhera para casar-se e que haveria de completar sua personalidade, dando-lhe seis filhos que tanto honram e dignificam sua descendência.

Cruzei algumas vezes com Clodoaldo Pinto e acompanhei sua vida pelas notícias que dele me trazia o filho Ruperto, meu dileto amigo e companheiro de farda. A última vez que os ví juntos foi na Faculdade de Direito, onde se acha-

vam os familiares de Clodoaldo em penoso velório. Ruperto voara desde Washington, onde desempenhava as elevadas funções de Adido Militar, para despedir-se de seu extremoso pai. E ali recordamos as qualidades humanas daquele que foi marido, pai e genro exemplar. Marido tão dedicado que ao ver sua idolatrada esposa presa ao leito tornou-se seu enfermeiro e incansável acompanhante, a fim de que nada lhe faltasse.

Clodoaldo Pinto nasceu a 27 de outubro de 1896, em Belém do Machado, hoje Itatira. A Serra do Machado, conhecida como da Samambaia, pelos indígenas, deve seu nome a Jerônimo Machado que primeiro a explorou, em companhia de Antonio Ferreira Braga. A seca de 1825 obrigou seus habitantes a abandoná-la. Restou apenas a imagem de São Gonçalo recolhida da capelinha destruída pelo tempo.

Em meio aos espigões de pedra que inspiraram a denominação atual do Município, cresceu Clodoaldo. Órfão aos quatro anos, iniciou seus estudos naquele povoado e depois se transferiu para Canindé. Mudando-se para Fortaleza, matriculou-se no Liceu do Ceará, concluindo o curso secundário em 1914. Ingressou, então, na Faculdade de Direito. Estudava e trabalhava, como redator, no *Correio do Ceará,* de A. C. Mendes. Nesse meio tempo associou-se ao Grêmio Lítero-Cívico Barão do Rio Branco e ao Grêmio Literário Cearense. Ao conquistar, em 1919, a láurea de Bacharel, passou a prestar serviços no Magistério Público. Como Promotor de Justiça, durante 19 anos, residiu sucessivamente em Maranguape, Tauá e Fortaleza. Na Capital ocupou os cargos de Consultor Jurídico na Caixa Ferroviária da Estrada de Ferro de Baturité e no Departamento dos Negócios Municipais.

Ingressou na Faculdade de Direito do Ceará como Assistente Técnico e Professor interino. Quando, em 1939, submeteu-se a concurso para Catedrático da Primeira Cadeira de Direito Penal, obteve o primeiro lugar por decisão unânime da Comissão Julgadora. Ali sentia-se à vontade, convivendo com as novas gerações que tanto o estimavam e respeitavam, admirando seu saber jurídico. Tornou-se o grande Mestre do Direito Criminal, na Universidade Federal do Ceará.

Em 1945 o Interventor Beni Carvalho nomeia-o para o Tribunal de Justiça no cargo de Desembargador, pela classe dos Advogados e pelo quinto constitucional de juristas estranhos à Magistratura. A tal ponto amava sua cátedra que abriu mão da Magistratura por não lhe ser permitido acumular tais

encargos com os do Magistério, que exerceu durante 30 anos com abnegação e acendrado amor.

Cid Carvalho, ao ingressar na Academia Cearense de Letras, disse de Clodoaldo: "Mestre é nome que mais se adapta ao saudoso Clodoaldo, pois era exatamente isto o que ele encarnava: o saber, exposto com inteligência e zelo. Professor, suas aulas eram alegres e tranqüilas. A tranqüilidade de quem sabe mesmo e alegria de poder transmitir o saber. Com idéias próprias, nunca se preocupou em oferecer paternidades estranhas ao que falava. Tinha posições individuais sobre o Direito e uma vantagem imensa como professor e advogado: a teoria e a prática não conseguiram se apartar ante seu olhar pesquisador e suas mãos hábeis. Foi mestre dizendo e mestre fazendo. O jurista marcou tanto que muitos não conseguiram ver em Clodoaldo as outras facetas do humanista enorme."

Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará assumiu, em 1966, o cargo de Assessor Jurídico da Universidade. Da Ordem dos Advogados, Seção do Ceará, foi Vice-Presidente e membro nato do Conselho Seccional, conquistando o título de Advogado-Padrão.

Mesmo assim, assoberbado pela Cátedra e pela Advocacia militante, ainda conseguia tempo para dedicar-se à Academia Cearense de Letras e ao Instituto do Ceará.

Ao aposentar-se, revelou que continuaria a "ler geografia, ou ler história, que é maneira bem hábil de encher a velhice — com outra velhice".

Como Clodoaldo via Clodoaldo? Deixemos que fale. "Antes de tudo foi um sujeito muito mal-mandado, e nunca me enfeitei com essa virtude socialíssima — da obediência, plena ou parcialmente passiva. Deteriorei-me com a veleidade obsoleta de pensar por mim mesmo, de não seguir os Mestres sem exame, de reservar sempre a minha opinião pessoal, de não ter medo de ficar só ou em minoria, em suma — de não ser obediente pelo simples gosto de obedecer." (Discurso de despedida da Faculdade de Direito — novembro de 1966).

A vida de Clodoaldo Pinto foi uma sucessão ininterrupta de lutas e vitórias, como jurista, como advogado e como Mestre do Direito. Aí estão *Decadência em Matéria Penal* (1934), *Inafiançabilidade em Direito Punitivo* (1935) e *Quatro Estudos* (1936), além de seus Memoriais Forenses, para atestar sua valiosa contribuição às letras jurídicas.

Faleceu Clodoaldo Pinto a 12 de julho de 1979, em Fortaleza, aos 83 anos. Mais que seus valiosos trabalhos de natureza jurídica e social, legou-nos o exemplo de um Cidadão honrado, simples, probo e culto.

* * *

Infelizmente, já não encontro nesta casa duas outras figuras humanas excepcionais e de grande projeção no nosso meio intelectual — Plácido Aderaldo Castelo e Joaquim Braga Montenegro.

Crescem minhas saudades ao relembrar esses queridos amigos. Resta a satisfação de ver suas cadeiras no Instituto do Ceará ocupadas por Manoel Lima Soares e Abelardo Fernando Montenegro, duas valorosas personalidades cujas obras e atuação projetam-se com destaque no cenário cultural de nossa terra e mesmo além, em companhia dos quais honro-me de ter entrado neste sodalício.

Lembro-me de Plácido como professor do Colégio Nogueira, jovem estudante ainda, colaborando com o excelso mestre e educador emérito Joaquim da Costa Nogueira, de quem dizia Clóvis Beviláqua, prefaciando seu livro *Ano Escolar:* tem ele do ensino escolar uma concepção digna de aplausos, porque correspondendo à capacidade assimiladora dos meninos, estimula, nutre e orienta as inteligências, de modo a dar-lhes iniciativa, confiança, amplitude e penetração".

Nascido às margens do Banabuiú, cujas cheias se transformaram em lembranças inesquecíveis de sua infância, Plácido enfrentou com decisão a cidade grande.

Inicia sua atividade pública como Promotor. Exerce com real projeção a função de Juiz de Direito, em Juazeiro, quando ainda se ouviam as litanias das beatas e o foguetório anunciador da chegada dos romeiros de todo o Nordeste, em busca das bênçãos do Padre Cícero Romão Baptista. Dignificou o cargo mas, fiel ao seu idealismo de educador e integrado na vida sertaneja, criou a Escola Normal Rural de Juazeiro.

As transformações político-sociais que se operaram depois de 1930 tocaram a sensibilidade de Plácido Castelo. Elege-se para a Assembléia Constituinte de 1934. Assume sucessivamente encargos de crescente responsabilidade.

Chega o momento em que a Revolução de 1964 tem de escolher o homem capaz de governar o Ceará, sem deixar-se envolver pelas paixões desencadeadas. Plácido, que voltara à

Assembléia e se mantinha acobertado em sua modéstia, recebe com dignidade, do ínclito Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, cujo nome reverencio sempre com muita emoção e saudade, a comunicação de que fora o escolhido para a árdua tarefa.

Durante quatro anos rasgou estradas, estabeleceu comunicações, abriu escolas, criou a Secretaria de Cultura. Enfrentou a seca de 1970, ocasião em que, no seu dizer poético e profundamente humano... "mais uma vez traída do Céu, a Região das Caatingas passou a suportar as agonias da carência, sem alimento e sem água, abandonando o seu povo, com lágrimas, o lar tão querido, a casa, os açudes, os currais vazios, abandonando a sua ventura de gozar, como sempre, o verde dos prados, os cercados cheios de milho e feijão, os pássaros cantando, a vida cantando". Estivemos juntos nesse transe difícil. Certamente feri sua modéstia, ao despedir-se do Ceará, quando deixei a Superintendência da SUDENE, cumprimentando-o pela serenidade do seu Governo, pelo acervo de realizações que deixava aos seus sucessores, pelo impulso desenvolvimentista que imprimira à sua administração e ressaltando seus dotes de cultura, inteligência e caráter ilibado.

Quantas vezes, na quietude da Praia do Iguape, rememorando o desembarque de Jerônimo de Albuquerque, naquele 07 de setembro de 1614, a caminho do Maranhão, analisamos, de cabeça fria e peito aberto, a conjuntura nacional e a problemática cearense! Seu julgamento era sempre marcado pela serenidade, clareza de raciocínio e invulgar complacência para com o comportamento dos homens, alguns tão pequeninos em suas atitudes frente à vida e às ambições pessoais. Grande era ele, embora procurasse inutilmente fazer-se pequeno.

Plácido foi homem simples e puro tanto quanto Joaquim Braga Montenegro, que se agigantou no terreno da cultura e da crítica literária, elevando o Ceará.

Braga, órfão aos 4 anos, mal pôde fazer o curso primário. Morava com o avô. Na bela Balada que dedicou aos 70 anos de Braga Montenegro, seu amigo e poeta Francisco Carvalho canta: "A casa do avô o vento levou. ... Levou a abastança, a infância e a faiança". E indaga — "E agora, Joaquim?"

Joaquim, aos 18 anos, deixa Maranguape, onde nascera e residia, e segue para o Amazonas. Sobe e desce a grande

caudal e seus afluentes. Penetra nos igarapés e nos igapós. Vence as cachoeiras. Conhece os seringais e a opulência contrastante da vida de Manaus. Nos vapores vaticanos e gaiolas o tempo corre lerdo. Braga apaixona-se pela literatura. Lê sem cessar, aproveitando a calma das longas travessias. Em pouco não se contenta com os autores brasileiros e portugueses. Passa a ler, no original, os grandes poetas e prosadores estrangeiros. Escreve e freqüenta os círculos de intelectuais, participando da fundação, em Manaus, da Sociedade Literária dos Novos. Quando volta a Fortaleza, sete anos mais tarde, desenvolve sua atividade incorporando-se ao Grupo Clã. Publica *Uma Chama ao Vento,* seu primeiro livro, duas vezes premiado.

Aposentado, aceita o convite do Magnífico Reitor Antonio Martins Filho, a quem tanto o Ceará deve no terreno do ensino e da cultura, para supervisionar as publicações da Imprensa Universitária. Deixa a marca de seu talento na preparação dos textos de *Terra do Sol,* de Gustavo Barroso; *Iracema,* de José de Alencar; e *Rimas,* de José Albano.

"E agora, Joaquim?" Todos o sabem. Braga Montenegro foi aquele que não se entregou, que lutou, que viajou, que leu e escreveu, que se tornou um autodidata, que analisou e interpretou, que ingressou na Academia Cearense de Letras e no Instituto do Ceará, que nada cursou e acabou professor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Ceará.

* * *

Tenho-me alongado, propositadamente, na apreciação de homens que edificaram o Instituto do Ceará e seus continuadores. Inspiro-me em João Camillo de Oliveira Torres, na sua abalizada *Teoria Geral da História* (Editora Vozes — 1963) quando diz: "O homem existe no tempo e a humanidade (arquétipo) está sempre em vias de se fazer carne e osso em grupos e indivíduos concretos, não o conseguindo, porém, nunca... Tal é o objeto da História."

Insisto. Agora, para agradecer. Como dizia Heráclito, tudo passa — panta rhei — e é impossível molharmo-nos duas vezes nas mesmas águas. Que fiquem as lembranças e a gratidão de quem se sente tão honrado por merecer as palavras benevolentes e estimulantes do meu Recipiendo que foi buscar na casa de meus pais a origem de nossa amizade sincera e desinteressada, alicerçada na mútua admiração e no meu apreço.

José Parsifal Barroso desde cedo dedicou-se ao Magistério e à Política, iniciando uma rápida e brilhante carreira ao ser eleito para a Câmara dos Deputados e, mais tarde, para o Senado Federal. Com habilidade, proficiência e honestidade dirigiu o Ministério do Trabalho e governou o Ceará. Antes dele, apenas três cearenses — Costa Barros, Castro e Silva e Menezes Pimentel — haviam ocupado tais culminâncias no cenário nacional. Não se embriagou com o poder. Não se deslumbrou com os cargos. Faz-me lembrar o que em carta, escrita em 1956, dizia-me o grande soldado e chefe militar Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes: "Os homens modestos (...) conquistam a Glória com mais firmeza e dignidade e sem a inveja que estigmatiza os tolos".

Parsifal é um estudioso da história e do homem cearense, como se confessa: "Ao longo de minha vida pública, por entre as atividades do Magistério e da Política, sempre desejei conhecer a origem e a natureza da especificidade que marca a presença do cearense, identificando-o tão facilmente. Responsável pelo destino de minha terra, crescentemente preocupado com sua problemática, resolvi encontrar meios que me permitissem realizar estudos e pesquisas sobre o apaixonante e grandioso tema da cearensidade". É assim que abre as páginas de *O Cearense,* no qual aprofunda suas pesquisas, debate teses já consagradas e traz à discussão temas da maior importância.

Parsifal é um cearense tão "cearensisado" que se vale da poesia primorosa de Artur Eduardo Benevides para traduzir seu amor pelo Ceará, que no dizer do Poeta "... está/ em nós como um sinal / de sangue, sonho e sol".

A Parsifal Barroso meus agradecimentos, também, pela proposta de meu nome. Minha gratidão estende-se a dois outros velhos amigos que o acompanharam na sua propositura. Mozart Soriano Aderaldo, cujos trabalhos revelam sólida cultura e acrisolado amor a esta cidade e Raimundo Teles Pinheiro, meu fraterno companheiro de tantas jornadas na carreira das Armas, conhecedor abalizado dos fatos históricos, tendo prestado valiosa colaboração à Seção de História do Estado-Maior do Exército.

* * *

Rendo agora minha sincera e comovida homenagem aos idealistas que se reuniram, a 4 de março de 1887, para fun-

dar o Instituto do Ceará, entre os quais figura o insigne Barão de Studart e onde vou encontrar, também, Juvenal Galeno, o grande bardo de nossa poesia popular, ao qual me ligam laços de sangue.

Coube ao Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca a Presidência do Instituto. As duas Secretarias foram ocupadas por Joakin de Oliveira Catunda e João Baptista Perdigão de Oliveira.

Decorridos 20 dias, foram lançados os *Estatutos* da novel instituição. Apenas 5 artigos, grupando 16 parágrafos, regulavam as funções da Diretoria, a mensalidade, a jóia, a publicação da Revista e a organização de Comissões Especiais. Os 12 associados reunir-se-iam uma vez por semana. Para ser admitido como sócio, além de atender a determinadas condições, teria o candidato de apresentar para julgamento um trabalho ou memória.

Estavam traçadas as diretrizes para o trabalho de pesquisa e divulgação dos nossos fatos históricos e das realidades de nossa geografia, bem como para o estímulo das letras e conhecimentos científicos.

Restava, entretanto, vencer um obstáculo, motivo do primeiro ofício dirigido ao Presidente da Província, Dr. Enéas de Araújo Torreão. Comunicando haver sido "fundado modestamente nesta Capital" o Instituto do Ceará com o objetivo de "estudar principalmente a história da Província", apresentava o problema: — a falta de um local onde pudesse funcionar. Esclarecia que o Instituto não o havia ainda solucionado "em conseqüência de suas condições financeiras" e, por isto, solicitava ao Presidente cedesse as acomodações ainda vagas no antigo Teatro Concórdia, ocupado pela Biblioteca Pública.

Percebendo o grande alcance dos objetivos do Instituto, o Presidente Torreão, em Ofício 1515 — 1ª seção, de 27 de abril, responde aquiescendo com o pleito e informando que acabara de recomendar ao Bibliotecário Público que pusesse à disposição do Instituto "o compartimento oriental do edifício da respectiva Biblioteca".

Aquela sede foi utilizada até março de 1896 quando o Presidente do Estado, Senador Antonio Pinto Nogueira Acioly, cedeu o pavimento térreo do Palacete da Assembléia Estadual.

Mais tarde, necessitando a Assembléia de expandir-se, foi o Instituto transferido para um prédio alugado na Rua

Floriano Peixoto. Posteriormente, o Barão de Studart levou a sede para sua própria residência, à Rua Barão do Rio Branco, dando provas de seu grande amor à instituição a que tão indissoluvelmente ligou seu nome.

Em sua peregrinação esteve, ainda, o Instituto em dependências do Arquivo Público e do Museu Histórico do Ceará. Através dos anos ocupou estes diferentes locais.

Também mudaram os Estatutos e cresceu o número de associados. Mas, o certo é que haveriam de alegrar-se os fundadores do Instituto se pudessem constatar o seu desenvolvimento nestes 19 lustros decorridos.

Criado quando Fortaleza tinha 26.943 habitantes, dos quais apenas 9.656 sabiam ler, cresceu sem desvirtuar sua finalidade e sem degradar a cultura, que é o apanágio das gerações sucessivas que por aqui têm passado. Seus 40 associados, neste ano de 1981, habitam uma cidade cuja população aumentou cerca de 50 vezes, em relação àquela de 1887.

Adeus Fortaleza das noites enluaradas, quando nem a pálida luz de gás carbônico perturbava a ronda romântica dos seresteiros; das animadas conversas, nas rodas das calçadas; do planger dos sinos nas madrugadas e nas ave-marias; dos terços rezados aos pés do Cruzeiro; do beco do Cotovelo; das famosas "areias"; das praças cobertas de árvores frondosas; do plácido Pajeú; do largo do Paiol; dos 72 sobrados e das 10 Igrejas.

Adeus Fortaleza de 94 anos atrás. Hoje as luzes prateadas e o gás-neon, alimentados pela energia trazida da longínqua Paulo Afonso, iluminam e alegram suas praças e avenidas; a cidade subiu os morros e foi abeberar-se, adiante, nas margens do rio Ceará, palco das proezas do destemido Martim Soares Moreno, e do rio Cocó, além da famosa enseada do Mucuripe; os ruídos mais estridentes, estapafúrdios e irritantes perturbam a quietude das madrugadas e se adentram pela noite; já não ressoam tão alto as ladainhas, mas junto ao Cruzeiro monumental, erguido no Estádio Plácido Castelo, o Santo Padre veio lançar sua Bênção *Urbi et Orbi;* os caminhos que levavam a Arronches e Messejana se povoaram e se incorporaram à Cidade da Fortaleza. Tudo cresceu. Inclusive a miséria. Aquelas 1.278 choupanas se multiplicaram avassaladoramente. Erguem-se em meio a luxuosas residências ou se isolam e se marginalizam, constituindo tristes e lamentáveis quistos de pobreza, insalubridade e anal-

fabetismo. Tudo mudou. Menos o caráter do cearense que preserva seus traços de altivez, sem arrogância; sua marca de honorabilidade; seu espírito hospitaleiro, seu amor à terra permanece vivo, como alerta se mantém na sua luta contra a própria natureza, por vezes tão hostil. Não mudou, por igual, seu engenho e seu espírito associativo e, por isto, prosseguem ativas as reuniões do Instituto, ocupando agora sede própria no antigo Largo do Livramento, onde havia aquele humilde e venerado nicho da Virgem que, pela fé de seus devotos, se transformou na Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

O correr dos anos traz mudanças de hábitos e costumes. O progresso assim o exige, impondo adaptações e permanente renovação. O que importa, nessa marcha inexorável do tempo, é que não se perca ou relegue ao esquecimento o que de bom e útil se conseguiu realizar. Isto é o que vem fazendo o Instituto do Ceará.

Daí por que não posso nem devo esconder minha satisfação, nesta noite em que sou recebido pelos ilustres sócios da Casa do Barão de Studart, aos quais renovo meus agradecimentos, pedindo a Deus que me ilumine e me dê forças para segui-los.